

O USO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS: aplicabilidade na cidade de Araguaína - TO¹

Autor: Tamna dos Santos Sales

Mestranda em Estudos de Cultura e Território pela Universidade Federal do Tocantins, Campus de Araguaína

Universidade Federal do Tocantins, tamnass@gmail.com

RESUMO

Este artigo tem como tema “Educação Especial: o uso da Língua Brasileira de Sinais”, que vai tratar das leis que legalizam a permanência dos interpretes/tradutores de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS nos ambientes de educação pública e particulares além da sua utilização em evento onde exista público com deficiência auditiva. Tanto as leituras, como a pesquisa de campo realizada na Escola Modelo da rede pública estadual, situada na cidade de Araguaína, estado Tocantins, foram essenciais para a compreensão do trabalho que estes indivíduos exercem como suporte para a educação dos alunos com deficiência auditiva em um meio onde a maioria é ouvinte e tem o indivíduo interprete/tradutor de LIBRAS como fator determinante na aprendizagem destes alunos

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Inclusão. Deficiência Auditiva.

Introdução

Este trabalho tem como objetivo geral contribuir para o discernimento da Educação Especial para surdo através do estudo e compreensão da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), além de produzir sua aplicabilidade na educação entre a prática do surdo e intérpretes da LIBRAS. Ao longo da história o conceito de deficiente foi construído para atender o interesse dos ditos de eficientes, normais entre outros termos. A sobrevivência dos ditos deficientes ao longo da história da humanidade tem sido uma grande epopeia muitas vezes ignorada pela sociedade, ou por falta de conhecimento adequado ou por falta de desejo dela mesma em construir um conhecimento sobre esta questão. Sendo que o ser humano como sujeito do conhecimento é capaz de não só apreender o objeto, mas comunicar-se com outros sujeitos e interferir nos fenômenos.

Nesse momento faz-se necessário abordar um pouco da história do “deficiente” como um todo no Brasil, até o século XVIII, os deficientes era a camada ignorada da população. Sendo que na educação de pessoas com necessidades especiais, esta remota a época do Império através do Decreto Imperial nº 1428, no qual D. Pedro II fundou o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, na cidade do Rio de Janeiro – RJ que atualmente é denominado Instituto Benjamim Constant (IBC). Para a educação de surdos surge o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) instituto este

¹ Trabalho apresentado no curso de pós-graduação Lato sensu em Educação Especial Inclusiva – Faculdade de Tecnologia Antônio Propício Aguiar Franco - FAPAF

que foi criado pelo Ministério da Educação a mais de 150 anos, que tem como objetivo institucional a produção, desenvolvimento e divulgação do conhecimento científicos e tecnológico voltado para a área da surdez em todo o território nacional.

Sendo assim, a pesquisa para a construção deste trabalho veio através de duas formas de pesquisa a primeira bibliográfica na qual aprofundamos nos conhecimentos e ideias para avaliá-la como estar a educação inclusiva hoje, e se ela foi bem recebida com todas as suas normas regidas na LDB – lei Diretriz e bases da Educação Nacional, Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. A segunda parte foi à pesquisa de campo foi realizada na Escola Estadual Modelo, situada na cidade de Araguaína, estado do Tocantins, através de uma entrevista com a coordenação.

A Importância Do Interprete Nas Salas De Aulas

A língua de sinais pode atuar decisivamente no processo de emancipação, compartilhamento e transformação que constitui a função social da escola. A valorização da diversidade que deve ser um eixo central da relação pedagógica, isso se aplica não apenas aos alunos surdos, mas também aos alunos não-surdos e a todos que interagem na educação. O uso da LIBRAS na educação de pessoas surdas e sua utilização para uma comunicação de surdos a surdos e surdos a não-surdos através do visual-espacial, mãos, expressões faciais e corpo.

Nas escolas públicas o ensino de uma criança com deficiências auditivas e surdas, assim que matriculadas na escola regular, deve ser exigida ao órgão público, Secretarias de Educação municipais e estaduais, profissionais devidos para que haja um aprendizado de qualidade por estas crianças. Na definição de educação especial dado pelas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (resolução nº 02/2002 do CNE) citado por Salles (2004):

Educação especial, modalidade de educação, entende-se como um processo educacional que se materializa por meio de um conjunto de recursos e serviços educacionais espaciais, organizados para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação formal e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educando que apresentam necessidades educacionais especiais, diferentes das da maioria das crianças e jovens, em todos os níveis e modalidades de educação e ensino. (SALLES, 2004, p.59)

Nas instituições educacionais públicas e privadas no ensino básico devem providenciar um instrutor de LIBRAS para os alunos surdos e deficientes auditivos, onde seu ensino deve ocorrer em sala de aula, porém não deve ficar apenas a eles deve também se expandir para os demais alunos e aos professores para que aja interação e comunicação.

As escolas em sua maioria não desenvolvem uma educação inclusiva de fato ocorrendo sim uma educação inclusiva de papel, ou seja, está presente nos papéis dos projetos enviados para as secretarias e nos Projeto Político Pedagógico das escolas porem não são efetuadas as propostas tidas

em papel. Também temos as escolas que se justificam em não ter inserida a inclusão em suas escolas com as “desculpas”, justificativas de não estarem profissionalmente preparados; além dos que segundo Mantoan (2006) as escolas que não desenvolvem uma política inclusiva acreditam que não trará benefícios ou não trará estes benefícios aos demais alunos ouvintes.

Porem as escolas que desenvolvem uma educação inclusiva tem produzidos meios para facilitar a interação destes alunos, uma alternativa muito utilizada pelas escolas é a utilização de alunos tutores que possibilita a compreensão e o intercâmbio de saberes entre alunos proporcionando a construção de uma identidade de cooperação dentro das escolas. As utilizações de métodos como este para proporcionar a igualdade são exemplos que visão a utilização do recurso humano com o recurso matérias pedagógicas para que ocorra a quebra das barreiras do ensino e aprendizagem entre os alunos ouvintes e surdos ou deficientes auditivo. Não existe uma formula pronta para o ensino conjunto dos alunos surdos e ouvintes de qualidade e igualitário.

Na pesquisa de campo feita na Escola Estadual Modelo da rede pública estadual, situada na cidade de Araguaína, estado do Tocantins foi feita entrevista com a diretora Francisca Alves Bezerra que no decorrer do processo de pesquisa foi percebido a inclusão dos alunos surdos com os outros alunos ouvintes. A escola tem cerca de 664 (seiscentos e sessenta e quatro) alunos ouvintes e 33 (trinta e três) alunos com deficiências diversas totalizando 667 (seiscentos e sessenta e sete) sendo 7 (sete) alunos com deficiência auditiva e/ou surdos onde desenvolvem um trabalho intercalado ao período de sala de aula, onde estudam de forma regular aos outros alunos da sala que são ouvintes, sendo que não constatado a presença de um interprete em sala de aula para auxiliar os alunos surdos além de ter sido respondido a questão de o porquê não ter um interprete, na sala de recursos audiovisuais contido na escola.

Outra questão observada durante a pesquisa é que os alunos surdos têm domínio sobre a língua materna estão sempre que possível conversando entre si e que existe uma interação muito grande com os demais alunos ouvintes, perguntado a diretora se foi feito um trabalho de conscientização com os alunos ouvintes para receber os alunos surdos foi respondido que em todo início de ano é feito uma apresentação e conscientização de o que é respeito e que não será aceito na escola discriminação e ou preconceito.

De acordo com a entrevista a presença de deficientes em geral nas salas de aulas regulares é feita através de uma “cota” onde é 25 (vinte e cinco) alunos ouvintes e 3 (três) alunos ditos “especiais” por sala, ou seja, não existe cota diferenciadas por deficiência a escolha entre estes os alunos “especiais” é feita aleatoriamente podendo ou não ocorrer a presença de dois ou mais alunos

surdos por sala. Perguntado sobre o currículo da escola se foi adicionado o ensino da LIBRAS sendo a segunda língua a ser utilizado a resposta deu ênfase, de certa forma, ao discurso de Mantoan (2006) descrito acima, pois a resposta foi “não, porem no PPP da escola foi inserido”. A escola não desenvolve nenhuma parceria com associações que desenvolva a inclusão como um todo.

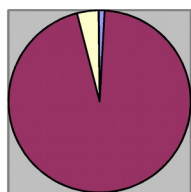
Diante do exposto apresentaremos a seguir os caminhos metodológicos da pesquisa de campo.

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa baseou-se em um estudo de abordagem qualitativa. O universo da pesquisa de campo foi realizado no município de Araguaína no Estado do Tocantins, mas especificamente, na Escola Estadual Modelo, no setor central da cidade já citada. Destacando que a escola pesquisada atende 667 alunos sendo 33 alunos da sala de recurso e entre estes 33 alunos 7 alunos com deficiência auditiva e surdos. A coleta de dados ocorreu através de aplicação de um questionário aplicado a coordenação da escola do ensino fundamental. A seguir, será apresentada a análise das respostas apresentadas, onde se procurou refletir sobre a relação da escola com os alunos deficientes auditivos e surdos.

ANÁLISE DOS DADOS

Quantos alunos com deficiência auditiva são atendidos pela instituição educacional?

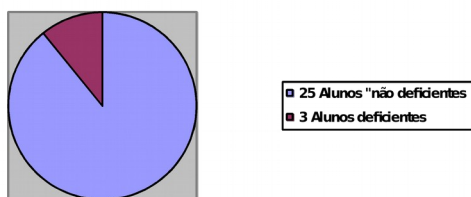


■	7 Alunos DA/S
■	660 Alunos Ouvintes
■	26 Alunos com demais Deficiências

Fonte: Pesquisa de Campo

- Sendo assim a coordenadora descreve 667 alunos no total matriculados regulamente na instituição sendo que 33 alunos com diversas tipos de deficiência onde 7 destes alunos deficientes são surdos ou deficiente auditivo.

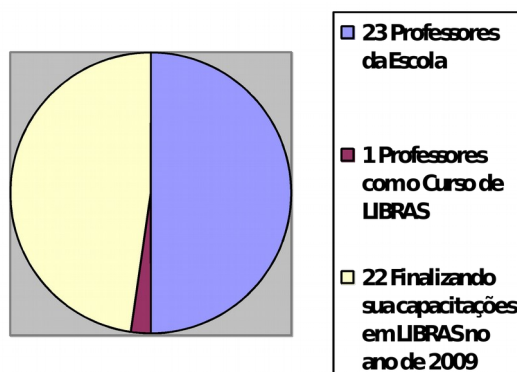
Tem algum critério ou cota para a entrada dos alunos com deficiência no corpo discente desta instituição?



Fonte: Pesquisa de Campo

- De acordo com a pesquisa não existe cota propriamente dita, mas uma meta de quantidade por turma de alunos com necessidades especiais que é de 3 (três) alunos por turma de 25 (vinte e cinco) alunos ditos normais.

Quantos professores foram capacitados para lidarem com a inclusão dos deficientes auditivos e demais?



Fonte: Pesquisa de Campo

- Segundo o questionado existem 23 professores no corpo docente sendo que 1 (hum) já concluiu o curso de libras e é o professor responsável pela sala de DA (deficientes auditivos) e que os demais 22 (vinte e dois) professores estão concluindo o curso de capacitação em Libras no final do ano de 2009.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Com base nas discussões e fazendo uma interpretação dinâmica da realidade pesquisada, pode-se afirmar que a política de inclusão na instituição está se desenvolvendo, mas na presença de um interprete formado em sala de aula com presença de alunos com deficiência auditiva está longe de acontecer com tudo o trabalho de qualificar os próprios professores para poder atender estes alunos já é um passo interessante a ser analisado e festejado já que a educação especial é uma temática muito abordada e questionada onde tem como visão de aplicação as escolas públicas e privada, ou seja, a educação especial é uma nova vertente que vem para transforma e juntar a educação dos chamados “normais” com a educação dos chamados “diferentes” ou “deficientes”.

Sendo assim é uma mudança que compreende a junção e inclusão dos indivíduos em uma globalização conjunta. Além de focalizar que os professores que trabalham com estes alunos em salas regulares necessitam de capacitação em libras em um treinamento contínuo no aperfeiçoamento de seu bilinguismo, e que o trabalho de intercalar os alunos surdos da escola em salas de recurso deveria ser feito também com a presença de alunos ouvinte para que se faça um vínculo maior e em consequência um respeito mútuo.

REFERÊNCIAS

BRASIL, [DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005](http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm> acesso em: 15 out. 2009.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?**. 2. ed. São Paulo: moderna, 2006

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. PRIETO, Rosângela Gavioli. ARANTES, Valéria Amorim (org.). **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. 2.ed. São Paulo: Summus, 2006.

SALLES, Heloisa Maria Moreira Lima, FAULSTICH, Enilde. CARVALHO, Orleane Lucia.

SURDOS, Programa Nacional de apoio à educação dos. Secretaria de educação especial. **O ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagogia**. Brasília: MEC, SEESP. 2004.

_____. **O Tradutor e Interprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa**. Brasília: MEC, SEESP, 2004.